

Dívida: os demagogos ultrapassados pelos fatos.

Uma intensa movimentação relacionada com a negociação da dívida externa começou a ser observada nos últimos dias em Brasília, a começar pela convocação do embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, pelo presidente da República. Ao que se sabe, o embaixador veio para informar-se a respeito da linha de conduta que o País adotará nas conversações com os membros do comitê de bancos credores neste momento particularmente delicado para as nossas reservas internacionais, as quais já estariam mergulhando perigosamente para menos de US\$ 2 bilhões. Moreira também trouxe em sua bagagem informações importantes sobre o pensamento do governo dos Estados Unidos e dos dirigentes dos organismos internacionais de crédito em relação ao problema da dívida brasileira.

Embora a crise cambial torne a situação muito mais tensa, transformando-a em outro elemento de incerteza para a análise das tendências de nossa economia, o fato de não haver recursos suficientes para que o Brasil honre os compromissos da dívida contribui para tornar mais simples o encaminhamento da questão, tanto do nosso lado quanto da parte dos credores. Por esse motivo, os empresários e demais responsáveis pelas decisões em nosso sistema produtivo não se devem deixar influenciar negativamente pelas declarações levianas de políticos que ainda teimam em defender uma moratória pintada com as cores da demagogia, pois, como aconteceu na crise de 1982, quando fomos obrigados a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à boa vontade dos credores e parceiros comerciais, haverá todo o empenho da comunidade financeira para auxiliar o País nesta hora de aperto, mesmo porque não lhe resta outra alternativa.

Por esse motivo, como entendeu claramente o senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB (ao contrário do presidente desse partido e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, que ainda parece acreditar em bicho-papão), há muito tempo que o FMI, desde os dias do sr. Jacques de Larosière, vem assumindo posição francamente favorável aos interesses dos devedores, como aliás prova o recente aval dado ao Cruzado II, que abriu caminho para a renegociação da dívida brasileira junto aos credores oficiais reunidos no Clube de Paris. E agora o novo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, eleito com o apoio do Brasil, certamente não deverá alterar essa linha do organismo internacional, que vem procurando ajudar — às vezes até além do que as condições permitem — o enorme contingente de nações endividadadas.

Assim, temos a impressão de que o encaminhamento de uma solução negociada será bastante facilitado, já que ela é também do interesse dos credores. No entanto, apesar de o Brasil ser a oitava economia do Ocidente e de ter sempre merecido amplo crédito dos bancos comerciais e internacionais (como observou o proprietário da revista econômica *Forbes*, Malcolm Forbes), é praticamente impossível para os bancos comerciais atenderem o pedido brasileiro de dinheiro novo, isto é, emprestar mais US\$ 6 bilhões ou US\$ 4 bilhões sem que o País aceite a supervisão do FMI.

Ao assumirem publicamente essa posição, os banqueiros — como Sir Jeremy Morse, presidente do *Lloyds Bank* — não temem qualquer reação radical do governo brasileiro, simplesmente porque no final de março termina o acordo para a renovação das linhas de crédito comercial e interbancário de curto prazo, sem as quais a situação do País ficaria totalmente vulnerável a curtíssimo prazo, com sérios problemas para as agências dos bancos brasileiros no exterior. A renovação dessas linhas de curto prazo, no valor de US\$ 16 bilhões, aproximadamente, está condicionada a um entendimento sobre a dívida de longo prazo.

Dessa forma, não há qualquer espaço para bravatas demagógicas nem para um suposto "endurecimento" das posições dos credores, pois, se o Brasil fosse considerado inadimplente, isso implicaria sérias dificuldades para os bancos norte-americanos e europeus. Aliás, como sempre, esses demagogos já foram ultrapassados pelos fatos. Em Brasília espera-se para qualquer momento a decisão do governo de centralizar o câmbio, o que já seria o primeiro passo de uma moratória determinada pelos fatos. E este primeiro passo levará, automaticamente, ao segundo, que serão as providências dos próprios credores para evitar que esta situação se desenvolva numa crise onde os principais prejudicados seriam eles mesmos.

Só resta, portanto, o obstáculo político para um acordo com o FMI, que os mais obscurantistas entre os membros do PMDB, do PT e dos pequenos partidos que navegam nesse mesmo mar, consideram sinônimo de "recessão e subserviência a interesses externos". Os brasileiros conscientes, no entanto, já tiveram provas mais que suficientes, neste ano que passou, de que sinônimo de recessão é, isto sim, permitir que estes grupos continuem usando a economia como um instrumento de política eleitoral ou partidária ou, pior ainda, que passem a usá-la agora como um instrumento de sua guerra ideológica particular. Assim como os credores não têm alternativa senão ajudar a encontrar uma solução para o "caso" brasileiro, também o Brasil não tem alternativa para aceitar um acordo com o FMI. Este acordo, aliás, seria do maior interesse dos brasileiros que não têm o poder por meta e preocupação exclusiva porque, na falta de quem o faça aqui dentro movido pelos interesses nacionais, ele seria a melhor garantia de que nossas autoridades adotarão o programa econômico austero e coerente de que tanto estamos precisando.

Isso é tudo de que nossos credores precisam para nos estender a mão, e, ao mesmo tempo, é tudo de que precisa o Brasil para debelar esta terrível inflação que decorre da manipulação político-eleitoral do Plano Cruzado e da nossa economia como um todo. O resto não passa de politicagem e de guerra ideológica, como já entendeu, por exemplo, o senador Fernando Henrique Cardoso, insuspeito de ser "vendido aos interesses internacionais". Ele é apenas mais lido e mais viajado que a maioria de seus pares, e, certamente, muito mais bem-intencionado...